

Dimensões da Investigação no Jornalismo Desastre: o lugar dos contextos ambientais em coberturas de inundações¹

Luiz Claudio Ferreira²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo dimensionar reportagens veiculadas por revistas após inundações e buscar os possíveis contextos relacionados ao meio ambiente. Para isso, sugere-se a classificação do material publicado (de revistas de circulação nacional, de três episódios de enchentes no século 21) em três categorias de investigação jornalística: a) dimensão factual; b) dimensão dramática e c) dimensão causal. A primeira classificação estaria ligada à cobertura de dados exatos e episódicos. A segunda: quando a vítima da enchente é a fonte/personagem principal. Enquanto que a terceira classificação relaciona-se com informações de contextos, tais como causas e soluções. São empregados procedimentos metodológicos que englobam a análise de conteúdo (de teor quantitativo). Entre as constatações, apreende-se que, em relação à amostragem, com o passar do tempo, as reportagens tornaram-se mais contextualizadas com dados sobre meio ambiente.

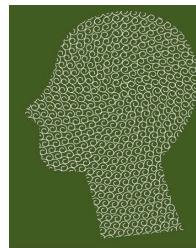
Palavras-Chave: Jornalismo. Dimensões de investigação. Desastres. Inundação. Meio Ambiente.

1. Contexto de pesquisa, justificativa e objetivo

Com a democracia, o jornalismo passou a ser reconhecido como um elo entre a opinião pública e os governantes. Adquiriu o papel de informar os cidadãos e colaborar para a formação da opinião pública (TRAQUINA, 2005). A justificativa para esta pesquisa tem relação com a constante cobertura jornalística de inundações no Brasil. Tendo em vista os efeitos sobre pessoas e cidades, há necessidade de materiais informativos aprofundados a fim de que os profissionais da notícia e os veículos de comunicação possam servir ao público.

¹ O artigo é resultado de dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Comunicação da UnB, aprovada em dezembro de 2012.

² Professor do UniCEUB e jornalista da EBC. Mestre em Comunicação. E-mail: luizclaudioferreira01@gmail.com.



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

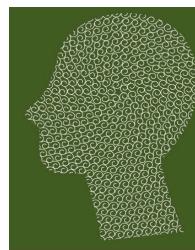
29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

Em uma primeira observação, pôde-se constatar que as reportagens publicadas sobre inundações, objeto desta pesquisa, apresentam informações de variadas nuances. De contabilidades de mortos a prejuízos financeiros, de histórias dramáticas a busca de causas e até soluções. As variadas consequências desses fenômenos são amplamente abordadas pela imprensa brasileira. Veículos impressos, como jornais e revistas, e eletrônicos, incluindo rádio, TV e materiais postados na internet trazem, em diferentes gêneros jornalísticos, essas calamidades com destaque das publicações.

De 2008 a 2011, período escolhido para a pesquisa, foi decretado estado de calamidade pública, em razão de inundações em 110 municípios de 12 estados brasileiros. A pesquisa centra a observação em três desastres naturais que, ainda segundo a Secretaria Nacional de Defesa Civil, tiveram, por conta de inundações, o maior número de mortos e desabrigados no século 21. Esses desastres anotados obtiveram atenção das revistas semanais *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. Essas inundações ocorreram em municípios de Santa Catarina (2008), de Alagoas e Pernambuco (2010) e na região serrana do Rio de Janeiro (2011).

Outras ocorrências estimularam a aplicação da situação de emergência, por diferentes motivos naturais, em 5468 municípios. A secretaria não dispõe dos dados pormenorizados, mas aponta no mesmo documento disponível no site do órgão que “grande parte” dessas ocorrências são inundações lentas (as enchentes) ou bruscas. Somando-se as três inundações selecionadas para este trabalho, foram contabilizados mais de mil mortos e um número superior a 250 mil desabrigados.

Um ano antes da inundação no Vale do Itajaí, em Santa Catarina (com 135 mortos, segundo informou o Estado), o governo federal publicou o Plano Nacional de Defesa Civil (também disponível no endereço eletrônico da Secretaria Nacional de Defesa Civil), que tinha por objetivo oferecer subsídio para as defesas civis estaduais e municipais praticarem políticas de prevenção. No documento, a atividade de comunicação social é apenas citada (página 31) e está ligada ao item “Projeto de socorro às populações”. Não são explorados os contextos de aplicação nem uma recomendação evidente de como entes públicos ou a sociedade devem se utilizar dos meios para apoiar as comunidades. Não há qualquer referência à comunicação quando o assunto é prevenção de desastres.



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

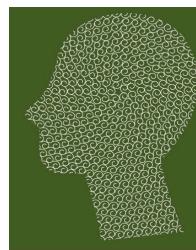
29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

O fato é que, sejam quais forem os cenários arrasados pela calamidade da enchente, pouco tempo depois, chegam os jornalistas. Sabem que, quando destacados para coberturas como essas, têm chances reais de emplacar manchetes de capa em veículos impressos. No entanto, o trabalho pode não ser dos mais simples, visto que há uma multiplicidade de atores agindo simultaneamente, um sem-número de informações que concorrem para a mesma edição. São momentos em que o Estado, por suas fontes oficiais, é chamado a participar do noticiário. Ao profissional da notícia é imperativo o desafio de uma cobertura que exceda o lugar-comum de acompanhar, simplesmente, as contas do número de mortos ou os milímetros das chuvas. Demonstrar como os entes públicos se comportam na gestão de recursos e nas obrigações em relação aos cidadãos é uma conquista para todo veículo de comunicação que preze a função social do jornalismo. Em situações de crise, como as de desastres naturais, a responsabilidade do profissional no trato da informação revela-se ainda mais decisiva para o entendimento dos contextos.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar e dimensionar as coberturas de três desastres naturais provocados por inundações em função das características das informações divulgadas e das fontes escolhidas para a cobertura. Essa verificação inclui observar o tratamento que é apresentado pela reportagem a dados oficiais, à presença do sofrimento das vítimas e à apuração de causas, consequências e soluções. As análises fazem parte de uma intenção ampla de verificar se a imprensa brasileira, em casos de ocorrências como essas, tem cumprido o seu dever social de informar de forma contextualizada, por intermédio de maior esforço de reportagem, indo além da mera divulgação de dados. Ressalta-se que a palavra “investigação”, atribuída a todas as dimensões, é trazida no sentido de que toda atividade jornalística a pressupõe, como sinônimo de apuração, conforme destacam Lobato (2005) e Sequeira (2005).

2. Por que a informação precisa de contexto

Entende-se por reportagem o texto aprofundado, com a consulta a um número maior de fontes e que não esteja amparado essencialmente pelo aspecto factual, ou seja, os dados do dia presente. Lage (2001) estabelece diferenciação fundamental entre notícia e informação jornalística. Para o autor, a notícia é o fato puro e a informação jornalística, que tem o mesmo sentido de



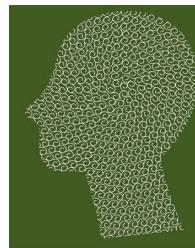
II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

reportagem, é um trabalho mais elaborado, com dados contextualizados. A notícia, numa comparação entre os dois gêneros, mostra-se mais superficial. Felipe Pena toca em uma das questões principais. “A notícia tem pauta centrada no essencial que recompõe um acontecimento. A reportagem trabalha com pauta mais complexa, pois aponta para causas, contextos, consequências e novas fontes” (2005, p.62). Lage, em *A estrutura da notícia* (2001), situa a reportagem em três gêneros: investigativa (chegar a fatos ocultos), interpretativa (fatoss são associados e analisados sob determinada perspectiva) e novo jornalismo (técnicas literárias em combinação com o fato noticiável).

As diferenças também se revelam na estrutura das informações. Na notícia, o primeiro parágrafo, chamado de lide, deve trazer imediatamente as informações principais, a ponto de “sintetizar a notícia de modo tão eficaz que o leitor se sinta informado só com a leitura do primeiro parágrafo do texto [...] e ser conciso tanto quanto possível”, aponta o *Manual de Redação da Folha de S. Paulo* (1996, p. 77). De acordo com Gaudêncio Torquato (1984) e Lage (1993), a pirâmide mista estabelece estilo livre com abertura sucedida por ordem cronológica dos fatos. A estrutura é uma das mais utilizadas para a reportagem. Com esse tipo de texto, a linguagem também deve ser mais livre, com espaço para interpretação. O gênero deve representar conteúdo mais elaborado e produzido para veículos impressos, com variada distribuição de informações.

De acordo com Lage, a notícia e a informação jornalística contêm, em geral, graus bem diferentes de profundidade no trato do assunto. “A notícia é mais breve e sumária, pouco durável, presa à emergência do evento que a gerou. A informação é mais extensa, mais completa, mais rica na trama de relações do universo de dados” (LAGE, 2001. p. 114). O autor defende o caráter desse tipo de trabalho lembrando a perspectiva que deve atuar para aprofundar o produto. “Não se trata apenas de acompanhar o desdobramento (ou fazer a suíte) de um evento, mas de explorar suas implicações, levantar antecedentes – em suma, investigar e interpretar” (p.39). O texto interpretativo seguiria o que se prevê para a grande reportagem, contexto e aprofundamento. “A interpretação é uma das características básicas do jornalismo, o que vale dizer uma atitude de ofício do agente da informação de atualidade” (BELTRÃO, 1976, p.47). O autor aponta que a interpretação jornalística está ligada ao direito da sociedade. Trata-se, pois, de “uma atitude de ofício do agente cultural da informação de atualidade, de que se torna titular o receptor, como



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

decorrência do seu inalienável direito ao conhecimento das ideias, fatos e situações atuantes da vida social” (Ibidem, p.47).

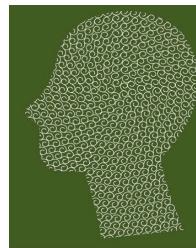
Para Kovach e Rosentiel, a finalidade da reportagem está em fazer com que as informações valham para entendimento do mundo. “O primeiro desafio é encontrar a informação que as pessoas precisam para tocar suas vidas. O segundo desafio é tornar essa informação significativa, relevante e envolvente” (KOVACH E ROSENTIEL, 2004, p. 226). Para se analisar as dimensões da investigação jornalística em cobertura de inundações, optou-se por se pesquisar as revistas de maior circulação do Brasil. A pesquisa tem como objetos as coberturas jornalísticas dos desastres socioambientais ocorridos nos seguintes estados: a) Santa Catarina (2008), b) Pernambuco e Alagoas (2010), e c) Rio de Janeiro (2011)

Sobre a escolha das edições, é preciso informar de antemão que não foram encontradas reportagens em nenhuma das revistas com abordagens antecipatórias sobre a possibilidade de haver desastres provocados por inundações. Há textos nas três revistas que são publicados em semanas seguintes às ocorrências. Os fatos aparecem em 13 edições das revistas e somam um total de 33 textos distintos.

3. Fontes de informação

As escolhas das fontes determinam o viés de uma narrativa jornalística. Baseado principalmente em Lage, Pena e Chaparro, e também em critérios de hierarquização apontados pela *Folha de S. Paulo*, o professor Aldo Schmitz publicou em 2011 uma proposta de classificação de fontes da notícia que se encaixa nas necessidades deste trabalho, particularmente porque insere tipos identificáveis nas reportagens inseridas no corpus:

- a) oficial – alguém eleito ou empossado em cargo público.
- b) empresarial – representante de qualquer grupo ou corporação. Lembra-se que, contrariamente, na classificação de Lage, essa fonte poderia ser denominada como “oficial”.
- c) Institucional – era aquela chamada por Lage de “independente”, a desvinculada de interesse. Aqui, porém, Schmitz entende que essa fonte representa pensamentos e busca a mídia para divulgar seus valores.

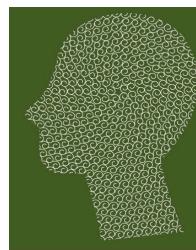


II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

-
- d) Individual – eis aqui uma classificação exposta por Schmitz que representa ganho para esta pesquisa por haver, somente com as nomenclaturas anteriores, dificuldade de classificar, por exemplo, a vítima ou seus parentes. A rigor, não seriam oficiais, oficiosas nem independentes. A respeito da vítima, Schmitz expõe que esse tipo de fonte é carregado de noticiabilidade e a imprensa interessa-se por quem sofre.
 - e) Testemunhal – define-se como aquela que assistiu ao fato e não é diretamente atingida.
 - f) Especializada – também idêntica ao que já foi explicado por Lage e Pena, levando-se em conta que experts (fonte 1 para a *Folha de S. Paulo*) fazem a mediação, normalmente, entre os lados de uma história. Funcionam, por vezes, como juízes nessa disputa entre as versões.
 - g) Referência – a classificação proposta por Schmitz seria o que a *Folha de S. Paulo* chama de fonte 0. É a informação documental que serve, por vezes, como prova para a narrativa. Poderia ser considerada incontestável. No entanto, deve-se observar o que alerta Lage (2001) a respeito das fontes que, ainda que documentais, são produzidas por órgão público. Outra observação, apontada por Schmitz, é sobre a utilização das mídias como fontes (como reportagens de jornais e informações via mídias sociais), que não devem ser consideradas plenamente confiáveis.

A identificação da fonte e personagem em cada uma das reportagens terá importância fundamental para que possam ser analisadas a utilização das informações que foram atribuídas às pessoas no texto. Além disso, todas as fontes exercem papéis específicos que colaboram para o desenrolar e entendimento da narrativa. É certo que as fontes são utilizadas na reportagem ao encontro das abordagens definidas para a publicação. Torna-se fundamental observar que um mesmo personagem, por exemplo, pode ser trazido para fornecer números a respeito de um desastre, mas também aparecer como alguém que explica esse fato. Para efeito de análise, devem ser levados em conta, portanto, as funções dessas fontes dentro do texto, quais são as possíveis citações e as informações ligadas a elas a fim de que se colabore para uma avaliação da dimensão de investigação jornalística.



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

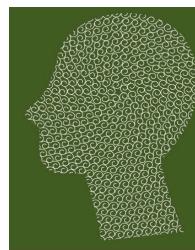
4. Método

Com o intuito de analisar as reportagens de revistas sobre desastres socioambientais provocados por inundações e identificar as dimensões das coberturas jornalísticas, a estratégia considerada o ponto de partida para o presente estudo é a análise de conteúdo, método operacional empírico, de viés quantitativo, que tem a professora de psicologia Lawrence Bardin (1977) como uma das principais produtoras e estudiosas. A análise de conteúdo é adequada para o presente estudo, tendo em vista o que é defendido também por Bordieu (1971) e Berelson (1971), sobre a necessidade de documentação como forma de distanciar-se dos pressupostos, subjetivismos e dizer “não à ilusão da transparência” (BARDIN, 1977, p.28).

Dentro do procedimento, estabelece-se relação direta com a estratégia para a pesquisa a análise que a autora denominada como “categorial”. Nessa estrutura, os elementos são dispostos em “caixas” conforme as características comuns avaliadas. A categorização vai ao encontro da estratégia estabelecida para este trabalho, uma vez que os textos das reportagens sobre inundações serão avaliados de acordo com o que está estabelecido como “dimensões”, que são as categorias mencionadas por Bardin.

Para promover a categorização, com base na orientação da análise de conteúdo, foram elencados “questionamentos” em relação ao texto a fim de serem elucidados dados quantitativos e qualitativos sobre a utilização de fontes de informação. De posse dos dados, dimensiona-se o aprofundamento do trabalho da reportagem. Para identificação das dimensões da investigação jornalística nas revistas, foram feitas questões a serem respondidas com base na observação geral do material publicado. Entendeu-se que, com base nessas respostas, seria possível aferir como ocorreu a apuração das informações. Na análise, é inicialmente apresentado um contexto da veiculação do material, que inclui descrições do veículo e apresentação da reportagem. Em seguida, são apresentadas as respostas para:

- 1) Quais são as fontes de informação?
- 2) Quais os principais assuntos discutidos na reportagem?
 - Na abertura
 - No corpo do texto



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

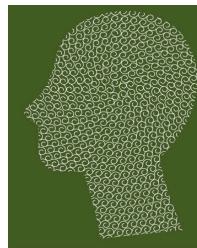
-
- 3) Dramas pessoais têm destaque no material?
 - 4) O texto faz menção às causas ambientais das enchentes ou das falhas estruturais?
 - 5) Há proposição de soluções para os problemas?

Considera-se que as “perguntas” auxiliam a dimensionar a cobertura. A partir dos aspectos observados, é possível classificar as reportagens em categorias que aqui são denominadas como “dimensões de investigação”:

- a) Dimensão factual: para aquelas informações que se basearam em dados episódicos, ligados estritamente àquela ocorrência, como informações disponibilizadas por órgãos de defesa civil ou providências pontuais tomadas por entes públicos.
- b) Dimensão dramática: esta classificação refere-se à identificação de histórias de sofrimento de personagens em razão do desastre natural. Esses atores seriam as fontes descritas aqui como “individuais”. Em geral, pessoas que contam ter perdido familiares, amigos ou bens materiais.
- c) Dimensão causal: a característica principal para categorizar uma informação dessa forma é identificar quando o foco está no contexto da reportagem, ao contemplar principalmente causas, consequências e soluções. Esse tipo de informação pode ser encontrado, por exemplo, em discussões de questões climáticas e preocupações ecológicas, além de implicações da ocupação do solo urbano. O jornalista chega a esses dados com apoio de informações de fontes especializadas ou em documentos.

É válido estabelecer que, sob essa sistemática, é possível encontrar as três dimensões de investigação em um mesmo material jornalístico (até mesmo em um mesmo parágrafo). Torna-se inviável, portanto, categorizar todo um material publicado sendo pertencente a essa ou aquela “dimensão”. Seria uma generalização que faria com que o pesquisador deixasse de observar a reportagem em trechos.

Como não é possível generalizar uma cobertura com a categorização de um material na íntegra, optou-se por calcular o número de palavras e a sua correspondente classificação em uma das dimensões de investigação jornalística. Para isso, foram levadas em conta as características das



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

informações, e de que forma correspondem às dimensões elencadas, nos materiais publicados identificando onde elas aparecem: no título da reportagem, no subtítulo da reportagem, na abertura do texto, na legenda das imagens, no corpo do texto, nos textos vinculados, nas ilustrações e infográficos.

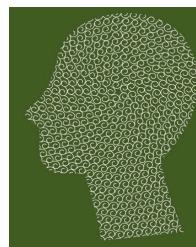
A opção pela contagem do número de palavras (unidades de sentido no texto) tem por finalidade encontrar dados mais significativos do que efetuar a soma de caracteres, que isoladamente não representam ideias. Outra possibilidade seria a aferição dos espaços da reportagem em centímetros. No entanto, mais sujeito à distorção, visto que em um mesmo parágrafo podem haver demonstrações de duas ou três diferentes dimensões de investigação jornalística, inviabilizando a soma. Além disso, as revistas têm projetos gráficos diferentes, o que diminuiria a possibilidade de comparação entre os veículos.

Depois do cálculo do número de palavras de cada um desses itens, dá-se o resultado da priorização que foi estabelecida pela revista para cada uma das coberturas. De posse desses dados, é feita a soma geral para se aferir a tendência da investigação jornalística. Um número que sozinho não tem significado completo. Haveria a possibilidade de alguma distorção pelo fato de se olhar apenas os números gerais. Um número de palavras no primeiro parágrafo do texto deve ser observado separadamente de um outro número de palavras no final da reportagem, por exemplo. Por isso, deu-se a classificação por espaços do material.

4.1 Dados extraídos das reportagens

A partir das análises de reportagens, com a exploração de dados e funções das fontes de informação na narrativa, e avaliação dos levantamentos do que foi chamado na pesquisa de “dimensões de apuração jornalística”, é possível avaliar separadamente, em grupos, o corpus selecionado. Parte-se da premissa de que a contabilização de números gerais das coberturas não conduz a um olhar mais aproximado do objeto.

Para buscar questões relativas ao tratamento que foi dado pelos jornalistas às reportagens de revista, pode-se, então, fragmentar as observações relativas às coberturas das publicações por inundação:



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

a) Cobertura da inundação em Santa Catarina

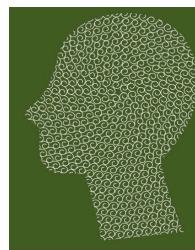
A inundação em Santa Catarina rendeu cinco reportagens das três principais revistas do país. O quadro demonstra a priorização estabelecida pelas coberturas em relação à utilização de fontes individuais, sendo particularmente escolhidas as vítimas do desastre. Na narrativa, como pôde ser verificado na análise das reportagens, essas fontes ocupam a função de reconstituir as histórias das inundações.

Tabela 1 – Fontes em reportagens sobre inundação em Santa Catarina

Classificação	Quantidade
Fontes individuais	33
Fontes oficiais	19
Fontes institucionais	10
Especialistas em áreas diversas	21

Fonte: Elaboração do autor

Outra informação a se observar é o lugar cativo para fontes oficiais que são trazidas. Todas elas são integrantes do Poder Executivo (de presidente da República a prefeitos), sendo quatro ligadas a organismos de Defesa Civil. Embora as fontes individuais constituam 40% da totalidade, as informações disponibilizadas nas reportagens não tratam, em sua maioria, de histórias dramáticas. Na análise das dimensões de apuração jornalística, é possível observar, por intermédio da contagem de palavras, que as reportagens priorizaram os aspectos factuais da cobertura, o que incluiria informações quantitativas de mortes, feridos, desabrigados e desalojados, além de ações de entes públicos para resgates de pessoas em situações de risco. Entre os personagens importantes que têm destaque nas reportagens, estão aqueles que ocupam o espaço de “heróis”, tais como militares das Forças Armadas, bombeiros, representantes da Defesa Civil e voluntários anônimos que são protagonistas das ações solidárias.



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

Tabela 2 – Contagem de palavras e dimensões de investigação (Santa Catarina)

Cobertura inundaçāo em Santa Catarina	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Total	4.886	2506	1495

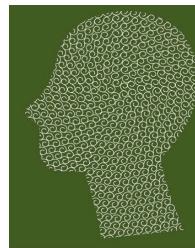
Fonte: Elaboração do autor

Ao se contabilizar o número de palavras, pode-se perceber que informações da dimensão dramática são praticamente a metade das relativas aos dados factuais. Há elementos em comum nas reportagens com a utilização de histórias de vítimas nos primeiros parágrafos dos materiais. Foram priorizadas, no corpo do texto, os dados quantitativos sobre o desastre, que, comumente, também são explorados pelos jornais diários. As relações causais estão em ilustrações separadas do texto.

Ao estabelecer uma comparação entre porcentagens de fontes e de dimensões de apuração, têm-se que os aspectos dramáticos nos textos (28%) são inferiores aos números relativos às vítimas como fontes (40%). Outra relação que se poderia inferir é que 25% das fontes são especializadas, mas, na reportagem, 17% das palavras do texto referem-se à dimensão causal. Por fim, a dimensão factual, que representa a maioria absoluta do texto (55%) não condiz numericamente mesmo com as somas das porcentagens de fontes oficiais (23%) e institucionais (12%).

Os números relativos à cobertura da inundaçāo em Santa Catarina demonstram que fontes especializadas são ouvidas, mas não garantem maior espaço de informações. Da mesma forma, fontes oficiais e institucionais não são maioria, mas os dados repassados por elas são mais aproveitados.

- b) Cobertura da inundaçāo em cidades do Nordeste



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

Três reportagens (uma de cada revista) foram publicadas após as inundações em cidades de Alagoas e Pernambuco. Trata-se de reportagens que não ocuparam as capas dos veículos e não têm qualquer outro destaque. Os materiais são mais curtos, em relação às coberturas dos desastres em Santa Catarina e no Rio de Janeiro. As três reportagens trouxeram um total de 24 fontes, sendo que o maior número de pessoas ouvidas é o de vítimas, conforme se verifica a seguir.

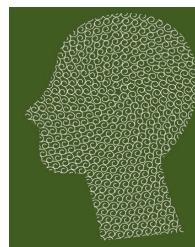
Tabela 3 – Fontes em reportagens sobre inundações no Nordeste

Classificação	Quantidade
Fontes individuais	9
Fontes oficiais	6
Fontes institucionais	3
Fontes especializadas	6

Fonte: Elaboração do autor

As vítimas, conforme visto na análise de reportagens, trazem para o material a ideia de que o sofrimento para os habitantes daqueles lugares é algo comum, que teria sido agravado pelo desastre climático. As chuvas, portanto, são apresentadas nas reportagens apenas como mais um dos problemas para aquelas populações afetadas. No entanto, vale o registro de que somadas as fontes oficiais e institucionais, chegam ao mesmo número de fontes que são vítimas.

As coberturas do desastre no Nordeste acompanham a tendência da abordagem factual, como ocorreram nos materiais sobre as enchentes em Santa Catarina. É possível verificar que, nestas reportagens, a fatia relativa a elementos de contextualização foi minoritária.



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

Tabela 4 – Contagem de palavras e dimensões de investigação - Nordeste

Cobertura inundaçāo no Nordeste em <i>Época, IstoÉ e Veja</i>	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Total	2.315	1582	873

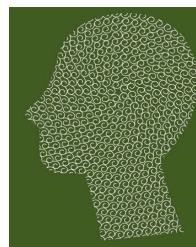
Fonte: Elaboração do autor

Em termos de porcentagens, embora o número de fontes especializadas fique próximo ao de representantes oficiais, nos materiais a dimensão causal representa 31% a menos de conteúdo em relação à dimensão factual, ou em números absolutos, significou uma diferença de 1142 palavras.

A dimensão dramática, que se apoiou, nestas três reportagens, em nove fontes (o maior número entre todas as outras) representou 33% das palavras dos textos. No entanto, somando-se aos dados factuais chegam a 82%. As informações relativas à dimensão causal foram relegadas a espaços em ilustrações nas últimas páginas das reportagens. E, por isso, mesmo tendo o maior número de fontes, isso não representou texto.

c) Cobertura da inundaçāo na região serrana do Rio de Janeiro

Cinco reportagens foram publicadas pelas três revistas a respeito da inundaçāo na região serrana do Rio de Janeiro. O que foi batizado como o “maior desastre natural da história do Brasil”, com mais de mil mortos, acabou recebendo das publicações, também, a mais extensa cobertura dentro da amostragem para esta pesquisa. Os números de fontes (88) espelham essa atenção especial.



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

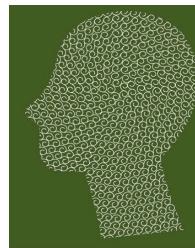
Tabela 5 – Fontes consultadas para reportagens no Rio de Janeiro

Classificação	Quantidade
Fontes individuais	26
Fontes oficiais	19
Fontes institucionais	4
Fontes testemunhais	2
Fontes especializadas	38

Fonte: Elaboração do autor

Como se pode constatar, as fontes especializadas formam a fatia mais numerosa e estão espalhadas em diferentes momentos das reportagens (aberturas, corpo do texto e ilustrações). Aqui as fontes oficiais são utilizadas na maior parte das vezes nos materiais para contextualizar causas e soluções. Diferentemente da ideia de que esse tipo de fonte seria essencialmente responsável por informações factuais, nestes materiais, fica evidente que se pode estabelecer outro tipo de cobrança com representantes públicos. Ao invés de obter apenas números, os jornalistas podem debater causas e soluções.

Estabelecendo a relação entre as fontes de informação e a avaliação das dimensões de apuração jornalística, é possível observar aqui uma estreita ligação entre o aumento do número de fontes e a elevação da discussão de contextos nas reportagens. Há apenas uma reportagem (de *IstoÉ*) que não trata dessas questões.



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

Tabela 6 – Contagem de palavras e dimensões de investigação (RJ)

Cobertura inundação no Rio de Janeiro em <i>Época, IstoÉ e Veja</i>	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Total	3.013	3.654	8.384

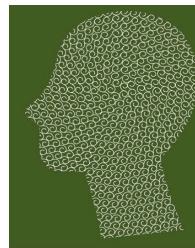
Fonte: Elaboração do autor

A maior parte dos espaços destinados para a dimensão causal (56%) não está amparado apenas em fontes especializadas. As fontes oficiais também são utilizadas nas reportagens com esse mesmo propósito de encontrar causas e soluções.

5. A maior alteração na cobertura: reportagens no Rio de Janeiro

De posse das observações a respeito das reportagens realizadas após os desastres, é possível confirmar um desequilíbrio entre as coberturas jornalísticas. Diferente do teor do que, em geral, foi publicado durante os episódios em Santa Catarina e no Nordeste, o que foi veiculado sobre as inundações na região serrana do estado do Rio de Janeiro, no mês de janeiro do ano de 2011, merece colocações a fim de se buscar uma compreensão sobre os conteúdos diferenciados em relação às demais coberturas. O panorama encontrado nessa amostragem específica, como se descreveu, aponta para uma alteração radical na abordagem contida em materiais publicados, o que resultou em expressivo resultado jornalístico.

Ao separar as anotações referentes às cinco reportagens veiculadas sobre o desastre no Rio de Janeiro, pode-se perceber que, em nenhuma outra ocasião durante as coberturas em Santa Catarina e no Nordeste, houve tamanha atenção para tratar de causas e soluções. Isso representou



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

evolução. Um dos elementos para se avaliar essa questão é que as inundações no Rio de Janeiro motivaram as apurações para reportagens que foram publicadas por duas semanas seguidas nas revistas *Veja* e *IstoÉ*. Quando ocorreu o desastre em Santa Catarina, as mesmas revistas também optaram por duas rodadas de reportagens.

Na semana seguinte ao desastre do Rio de Janeiro, as duas revistas retratam o caráter repetitivo da ocorrência. As ideias que surgem nos textos passam pelo conceito de que, visto que desastres acontecem todos os anos, são necessárias providências. No entanto, isso revela um comportamento diferenciado do que ocorreu depois das cheias em Santa Catarina. Em *Veja*, como pode ser identificada na tabela seguinte, a preocupação com economia em 2008 não passa pelos textos de três anos depois.

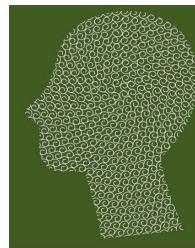
Tabela 7 – Ideias preponderantes na cobertura de inundações (*Veja* – 1)

1 ^a Semana de cobertura - Revista <i>Veja</i> (Santa Catarina)	- Trata-se de uma tragédia inominável que destrói famílias, cidades e causa sérios prejuízos econômicos	Texto incluso: “A catástrofe também na economia”
1 ^a Semana de cobertura - Revista <i>Veja</i> (Rio de Janeiro)	- Todo ano acontecem desastres como aquele. A sociedade não consegue se organizar para evitar	Textos inclusos: “O que explica a violência das águas”, “Efeito tsunami” e “Dá para prever”

Fonte: Elaboração do autor

Nas segundas rodadas de reportagens contidas em *Veja*, a solidariedade, foco principal para a cobertura de Santa Catarina, foi deslocada em 2011 para um texto separado. As informações que embasam a reportagem têm ligação com as possíveis soluções para o problema.

Tabela 8 – Ideias preponderantes na cobertura de inundações (*Veja* - 2)



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

2ª Semana de cobertura - Revista <i>Veja</i> (Santa Catarina)	- Enaltece as ações de solidariedade de anônimos e famosos em prol das vítimas	Texto incluso: Não há
2ª Semana de cobertura - Revista <i>Veja</i> (Rio de Janeiro)	- Lista as possíveis soluções para diminuir os danos e perdas de vidas	Textos inclusos: “Um bom exemplo” e “A vida no galpão”

Fonte: Elaboração do autor

Em relação à cobertura de *IstoÉ*, o movimento se torna semelhante ao que é observado em *Veja*, particularmente com relação às temáticas da primeira semana de cobertura de cada um dos desastres. Fatores relacionados às possíveis causas são trazidos de textos vinculados (em Santa Catarina) para uma das mensagens principais (no Rio de Janeiro).

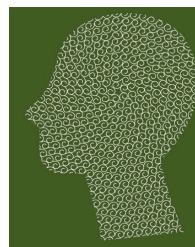
Tabela 9 – Ideias preponderantes na cobertura de inundações (*IstoÉ* - 1)

1ª Semana de cobertura - Revista <i>IstoÉ</i> (Santa Catarina)	- As chuvas como causadora das desgraças que arrasam famílias	Texto incluso: “A tragédia anunciada” e “Perdi casa, família e emprego”
1ª Semana de cobertura - Revista <i>IstoÉ</i> (Rio de Janeiro)	- A tragédia tornou-se algo repetitivo e cada vez com maior impacto nas cidades	Textos inclusos: “A tragédia na serra”

Fonte: Elaboração do autor

No entanto, na segunda semana de cada uma das coberturas, *IstoÉ* mantém a receita de repercutir a situação das vítimas. No caso de Santa Catarina, optou por tratar de solidariedade e, no Rio de Janeiro, trazer as vítimas e dificuldades materiais e psicológicas, conforme segue.

Tabela 10 – Ideias preponderantes na cobertura de inundações (*IstoÉ* - 2)



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

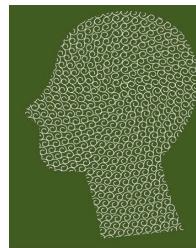
29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

2 ^a Semana de cobertura - Revista IstoÉ (Santa Catarina)	- A tragédia mobiliza a sociedade a ajudar quem sofre com tantas perdas materiais e humanas	Texto incluso: Não há
2 ^a Semana de cobertura - Revista IstoÉ (Rio de Janeiro)	- É possível se manter apesar da tragédia ter arrasado esperanças	Textos inclusos: Não há

Fonte: Elaboração do autor

Época não destacou uma cobertura especial para a segunda semana pós desastre na região serrana, mas imediatamente após as inundações publicou “A maior tragédia do Brasil” (19 de janeiro). Nesta reportagem, está contido o texto “9 causas da tragédia e o que fazer para evitar a sua repetição”. Em formato semelhante, e no mesmo sentido de indexação, *Veja* publicou sete dias depois a reportagem “8 soluções para evitar outra tragédia” (26 de janeiro). Em comum, as revistas apontam causas como a falta de ações de prevenção, a desorganização com recursos públicos, a desatenção com a ocupação irregular do solo urbano e a precariedade de equipamentos de alerta. É nítido salientar que nas cinco reportagens publicadas após os desastres no Rio de Janeiro, as coberturas demonstram que:

- a) Jornalistas identificam a ocorrência como repetitiva no Brasil,
- b) Existe o entendimento de que é necessária maior atuação de entes públicos e da sociedade para minimizar os desastres,
- c) Os problemas de ocupação do solo urbano são trazidos historicamente e reconhecidos pelos jornalistas de forma mais aprofundada. Vale contextualizar que as três revistas possuem sucursais na capital fluminense. Em Santa Catarina e no Nordeste, as coberturas foram realizadas por enviados especiais,
- d) As reportagens identificam que os números de mortos e desabrigados aumentam,
- e) O fatalismo cede lugar a conceitos de desastre socioambiental (não com essa expressão, mas com esse sentido). As preocupações com as estruturas urbanas (como as ocupações



irregulares em Petrópolis e Teresópolis) e as consequências do descaso com o meio ambiente entram na pauta,

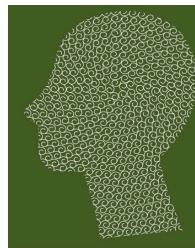
- f) As fontes especializadas dominam a abordagem,
- g) A dimensão causal é trazida em conteúdos interessados em desvendar o porquê das ocorrências,
- h) Há busca de diferenciação das coberturas dos jornais. As revistas, como veículos informativos, passam, também nessa última cobertura, a contar com mais páginas para desenvolver o tema.
- i) Existe necessidade de elencar e até de ranquear as necessidades mais urgentes, e
- j) Os personagens em 2011 perdem espaço na cobertura e as narrativas temporais não são mais reconstituídas pelas vítimas como em Santa Catarina e no Nordeste.

6. Considerações finais

Estudar o jornalismo das revistas informativas colabora para que se possa avaliar o que deve existir, afinal, em uma reportagem para o maior esclarecimento dos fatos. As sugeridas três “dimensões de investigação jornalística” foram encontradas nos materiais publicados e, assim, foi possível definir de que forma os veículos de comunicação entregaram esses produtos para o que seria o privilegiado leitor de uma revista. De forma geral, foi possível observar que as revistas, embora tenham tempo e espaço diferenciados, ainda repetem fórmulas de jornais diários e até de sites noticiosos, que sobrevivem com os dados instantâneos. Ora com excessos de personagens para, entre outras funções, trazer histórias que o repórter não presenciou, ora com os dados da Defesa Civil, fonte que raramente é trazida para tratar sobre evitabilidade de outras ocorrências desastrosas.

Quando as revistas trazem as informações que competem a esse tipo de veículo (investigar os contextos), foram consideradas, nesse trabalho, como novidade, o que aconteceu particularmente em reportagens sobre a inundação no Rio de Janeiro. Para defender que a **dimensão causal** deva ser tomada como prioritária, pelo menos em coberturas de desastres, podem ser resgatados os conceitos de jornalismo que deveriam embasar a prática profissional.

No modelo de “informação superficial”, estão, por exemplo, as reportagens sobre as inundações no Nordeste das três revistas. Quando foram publicadas as cinco reportagens sobre o



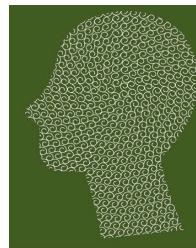
II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

desastre em Santa Catarina, as informações e os números trazidos para a análise não demonstram qualquer evolução no sentido de colaborar com aquelas comunidades de um estado rico do país. Os cenários de desalento tornaram-se, nas três revistas, contrastes evidentes com as realidades de pessoas que, em geral, não passam por dificuldades. Apenas um senso comum descontextualizado de discussões aprofundadas sobre uso do solo urbano ou de devastação do meio ambiente.

Essa falta de significação maior, do fato isolado em si mesmo, estaria representada na **dimensão factual**. Não se pode esperar que uma reportagem abdique completamente de informações factuais, já que o material jornalístico está ligado à atualidade, mas esse tipo de informação, na revista, poderia ser apenas a ponta de um novelo a se desenrolar, visto que dados do episódio em si também já são explorados diariamente por outros tipos de veículos. É importante, pois, que sejam buscadas as essências (os contextos) para que, usando um termo também de Beltrão, o fato não pareça “accidental”. Essa dimensão factual é tratada com prioridade também na cobertura da inundação no Nordeste, de forma ainda mais superficial do que ocorreu na de Santa Catarina. Se no estado do sul, era explorado o contraste entre as boas condições de vida anterior ao desastre e à nova (des)configuração, em Pernambuco e Alagoas foi trazida a inundação apenas como mais um problema dentre “tantos” que já fazem parte da realidade de comunidades do agreste. Após a cobertura factual, não houve qualquer outro tratamento ou acompanhamento de causas e soluções. O assunto foi esquecido. Sem informações causais, não existe nem pontos de partida para que, em caso de um novo desastre, uma futura reportagem utilize as publicações para maior elucidação dos fatos.

No estudo, como pôde se constatar em toda a análise, a **dimensão dramática** é priorizada pelas revistas selecionadas. Seria inconcebível defender que as reportagens estivessem “proibidas” de ouvir as vítimas. Não se trata disso. No entanto, deve se questionar as formas como esses personagens são expostos e até constrangidos em momentos de tamanha vulnerabilidade psicológica e social. Em geral, as informações trazidas pelas vítimas aparecem apenas como ilustrações sofridas, o que, na maioria das vezes, já foi feito pelos veículos diários. Não são raras, nas reportagens, estarem envolvidas crianças como personagens que participam da reconstituição dos fatos.



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

Existem contextos também para falar dos dramas alheios e deve-se observar, a bem do interesse público, como as informações das vítimas (adultos ou crianças) representarão benefício à comunidade, ou apenas aumentar o pânico e a dor das pessoas. Ainda dentro do campo da dimensão dramática, há reportagens relativas às inundações em Santa Catarina e no Rio de Janeiro que destacam, por um lado, como ficaram as pessoas depois dos piores momentos (se estão em abrigos, como fazem os órfãos e outras situações) e, por outro lado, quem são os solidários que passaram a se dedicar aos sofridos. Uma das possibilidades de análise desse tipo de material é que os veículos, por vezes, trocaram o foco, “esqueceram” a gravidade daquelas situações para repercutir exclusivamente os feitos dos “heróis”. Perderam, pois, oportunidades de mapear, por exemplo, as necessidades das vítimas, das áreas de risco e das ações individuais que podem ser tomadas para se evitar desastres. Reportagens sobre solidariedade entraram como receita pronta nas “segundas rodadas” das coberturas, e existiriam outras abordagens possíveis com maior contextualização.

Por último, a **dimensão causal**, que contempla a maior investigação dos fatos, e que poderia, particularmente nas revistas e em outros materiais aprofundados, tomar grande parte da atenção das publicações, tem alguma representatividade nas coberturas de Santa Catarina e no Nordeste (trazida, em geral, nos finais dos textos ou em ilustrações à parte das reportagens) e maior espaço em coberturas no Rio de Janeiro, mais próximas do que seria o ideal.

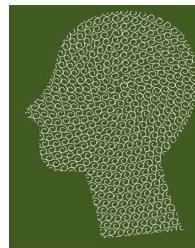
Podem ser formuladas várias associações que explicariam, em primeiro lugar, o afastamento dos jornalistas de uma visão mais aprofundada dos fatos. Das hipóteses, seguem três:

- a) Jornalistas têm dificuldades de compreender fontes especializadas e estão mais próximas de “vítimas” e “heróis”

Inicialmente, para tratar com fontes especializadas, supõe-se conhecimento. Aí estaria uma primeira barreira. E o profissional teria que se firmar como “tradutor” do que dizem os cientistas.

- b) Jornalistas reagem apenas após fato consumado

Como não consegue se antecipar à ocorrência “imprevisível”, têm menos tempo para uma apuração completa, conforme se imagina neste tipo de jornalismo.



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

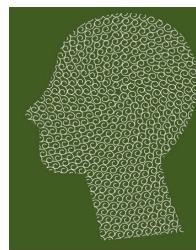
-
- c) No caso das inundações, faltava acompanhamento do tema. O desastre em Santa Catarina, no ano de 2008, foi o primeiro do século 21 a ultrapassar o número de 100 mortos e, desde a década de 1980, o assunto não ganhava maior destaque.

Hipóteses para a maioria das publicações passarem a utilizar a dimensão causal são o aprendizado com o problema (não seria possível ignorar a repetição e a sazonalidade dos desastres) e proximidade das fontes (no Rio de Janeiro, as três revistas têm sucursais e maior disponibilidade de equipes para coberturas).

Entre os argumentos que pesam para que a dimensão causal seja priorizada nesse tipo de cobertura, está o princípio de que informações com essa característica fornecem mais elementos para que a sociedade possa se organizar, fiscalizar e também cobrar políticas públicas. A cobertura contextualizada e de maior investigação também colabora com os gestores públicos, que passam a ter novas informações sobre as situações socioambientais das comunidades.

Referências

- BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Antônio Teixeira de; SOUSA, Jorge Pedro; LIMA, Maria Érica de Oliveira. **Periodização da agenda ambiental nos estudos de jornalismo no Brasil e em Portugal**. Lisboa: BOCC, 2006.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**. Londres: Sage, 1992.
- BELMONTE, Roberto. **Depois da catástrofe**. São Paulo: Summus, 2004..
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo**. Porto Alegre: Ed Sulina, 1976.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano Nacional de Defesa Civil**. Governo Federal, 2007.
- _____. Ministério do Planejamento. **Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais**. Governo Federal, 2012
- BRUM, Eliane. **O Olho da rua**: uma repórter em busca da literatura da vida real. São Paulo: Globo, 2008.
- BURKETT, Warren. **Jornalismo Científico**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1990.



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual de Redação e Estilo da Folha de S. Paulo**. Publifolha, 1996

GERAQUE, Eduardo. Perceber a biodiversidade. In: VILAS BOAS, S. (Org.). **Formação e informação ambiental**: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004.

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GUIRADO, Maria Cecília. **Reportagem**: a arte da investigação. São Paulo: Arte e Ciência, 2004

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 2010.

. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**, 2012.

ISDR. **Vivendo com o risco**: uma revisão das iniciativas globais de redução de desastres. ONU, 2004.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MEDINA, Cremilda. **Povo e personagem**. Canoas, Editora Ulbra, 1996.

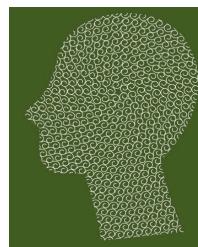
MELO, José Marques. **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2010.

MOURA, Dione O.. O ingresso da ‘comunicação de risco’ na mídia global: a criação de uma agenda sobre ‘o que observar’. In: II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2004, Salvador. **Anais...** p. 1-11

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. **Jornalismo em revistas no Brasil**. São Paulo, Annablune, 2002

NASCIMENTO, Solano. **Jornalismo sobre investigações**: relações entre a imprensa e o Ministério Público. Brasília: UNB, 2008

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo. Editora Contexto. 2005



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br/>

PNUD/ONU. **Os objetivos do desenvolvimento do milênio e a redução dos riscos de desastre**, 2000. Disponível em:<http://www.pnud_reduçãoriscosdesastres.pdf>.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

SCHMITZ, Aldo. **Classificação das fontes de notícias**. Santa Catarina, UFSC, 2011.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Summus, 2005.

SODRÉ, Muniz & FERRARI, Maria H. **Técnica de reportagem**. São Paulo: Summus, 1986.

TORQUATO, Gaudêncio. **Jornalismo empresarial**. São Paulo, Summus Editorial, 1984

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** – Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular. 2005. 224p.

VILAS BOAS, Sérgio. **O estilo magazine**: o texto em revista. São Paulo. Summus, 1996.